INICIADO O JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 7026 DO CONFISCO DOS 14%

O julgamento da ADI 7026 foi iniciado pelo Supremo Tribunal Federal nesta sexta-feira (29/04). A Relatora, Ministra Carmen Lúcia, já apresentou seu voto pela improcedência do pedido. O voto nos foi desfavorável pois, no entendimento da Ministra, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina teria comprovado haver estudo, elaborado pelo Instituto de Previdência de Santa Catarina – IPREV, e encaminhado pelo Governador como justificativa ao Projeto de Lei Complementar n. 10/2021, no qual se demonstraria o déficit atuarial no Regime Próprio de Previdência Social catarinense. Quanto à alíquota de 14%, a Ministra Relatora ressaltou que o Estado de Santa Catarina tem autonomia para definir suas contribuições previdenciárias, respeitando as reais condições locais e com base em estudos de déficit atuarial previdenciário.

O julgamento está suspenso por ocasião do pedido de vista do Ministro Luís Roberto Barroso. O pedido de vista é utilizado quando os Ministros desejam examinar melhor o processo antes de proferir o voto; ele suspende o julgamento até que o Ministro que pediu a paralisação devolva o processo para análise. Após a devolução, outros Ministros podem realizar pedidos de vista, suspendendo novamente o julgamento. Com o retorno do processo, os Ministros possuem quatro opções de voto apenas: acompanhar a relatora; acompanhar a divergência; acompanhar a relatora com ressalva de entendimento; ou divergir da relatora. As duas últimas opções exigem declaração de voto. As demais, não.

Permanecemos a postos à disposição do SINTESPE, para dar continuidade e reforçar as ações necessárias junto ao STF na busca de um resultado que faça justiça e ponha fim ao Confisco dos 14%.

Saudações ao conjunto dos aposentados, aposentadas e pensionistas do serviço público estadual de SC. Contem sempre conosco.

Equipe Advocacia Garcez.
Brasília, 29/04/2022